

Turismo em Unidades de Conservação: Centros de Visitantes e Outras Ferramentas para a Interpretação Patrimonial

Beatriz Veroneze Stigliano¹

Guilherme Lando de Carvalho²

Lais de Queiroz Silvani³

Resumo

Aborda-se a interpretação patrimonial em Unidades de Conservação (UCs). Inicia-se apresentando um panorama acerca do turismo em áreas naturais, enfocando aspectos relacionados à sustentabilidade. Discorre-se sobre possíveis abordagens da interpretação patrimonial, baseando as análises de campo nos Parques - Nacional de Itatiaia e Estadual de Campos do Jordão. Assim, estudam-se as estruturas físicas existentes sob a forma de Centros de Visitantes, bem como placas e painéis de sinalização e identificação dos atrativos. Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, cujos procedimentos consistiram em visitas de campo, análise de documentos referenciais, incluindo os Planos de Manejo, e pesquisa nos *websites* oficiais relacionados às referidas UCs. Apresentam-se, desta forma, reflexões concernentes à situação verificada, remetendo à teoria utilizada.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Turismo. Interpretação Patrimonial. Centro de Visitantes.

Introdução

No Brasil, sobretudo após a sanção da lei 9.985, de 2000, em que se instituiu o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação - o turismo constitui uma atividade prevista dentre os objetivos de determinadas Unidades de Conservação. Trata-se das UCs de Proteção Integral, que têm como objetivo principal a preservação, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Estas abrangem as categorias: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre (BRASIL, 2000).

¹ Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Docente do Curso de Turismo. E-mail: beatrizstigliano@yahoo.com.br

² Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Pesquisador vinculado ao Curso de Turismo. E-mail: gui.ufscar@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba. Pesquisador vinculado ao Curso de Turismo. E-mail: laisilvani@gmail.com

Para Drum e Moore (2002), a crescente demanda pelo turismo em áreas naturais vem causando um interesse dos gestores em tratar o turismo em um contexto conservacionista. Porém, a visitação pode trazer benefícios econômicos (MAGRO; BARROS, 2004), ambientais e sócio-culturais, se bem gerida.

Assim sendo, reflete-se acerca da interpretação patrimonial como ferramenta para aproximar os visitantes das UCs, através da análise de Centros de Visitantes e outras estruturas.

Procedimentos Metodológicos

Neste estudo, o foco é a interpretação patrimonial relacionada à visitação em Parques, busca-se analisar a abordagem desenvolvida no Parque Nacional de Itatiaia e no Parque Estadual de Campos do Jordão. A opção por estas UCs se deu por conta de sua representatividade - ambas se situam no eixo entre as capitais de São Paulo e Rio de Janeiro, acessíveis, prioritariamente, pela Rodovia Dutra, em trechos da região do Vale do Paraíba de ambos Estados e da Serra da Mantiqueira. Os dois parques apresentam Centros de Visitantes em funcionamento e outras estruturas para a atividade turística.

Trata-se de um recorte de um projeto maior em que se busca refletir acerca da realidade atual e das possibilidades relacionadas à interpretação patrimonial em Unidades de Conservação.

Ressalta-se que não se entrará no mérito de diferenciar Educação Ambiental de Interpretação Ambiental ou Interpretação Patrimonial, termos que se alternam na citação de documentos referenciais, sobretudo os oficiais. Será, no entanto, dada preferência à utilização da última expressão, apoiando-se em Morales Miranda (2001, p.14), para quem:

Sin embargo, no debemos perder de vista el hecho de que la interpretación ambiental (y/o del patrimonio), en la actualidad está concebida como una especial estrategia para transmitir el significado de un lugar, objeto, paisaje, etc. al “público general” que se encuentra visitando ese entorno o ese patrimonio, sin ninguna de las limitaciones que impone una situación “formal”.

A pesquisa tem, assim, natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CHIZZOTI, 2005). Seu desenvolvimento se baseou em observação direta extensiva, análise de documentos e revisão teórica acerca do tema (CHIZZOTI, 2005; Marshall, 1995; Yin, 2001). Os procedimentos consistiram em visitas de campo, análise de documentos referenciais, incluindo os Planos de Manejo e visita aos *websites* oficiais das UCs.

Visitação em Áreas Naturais

Uma pesquisa realizada com gestores de parques revelou preocupação com o grande número de visitantes e a falta de verba para a visitação (KINKER, 2005). Para Boo (2001), como a maior parte dos administradores não se preparou para o turismo, atualmente, com o crescimento da demanda, enfrentam o desafio de gerir a atividade turística de maneira sustentável, focando tanto a área protegida, quanto o entorno e as comunidades vizinhas. Coloca-se, com cada vez mais importância, a necessidade de gestão para o uso público, considerando que este se caracteriza como um dos objetivos dos parques (STIGLIANO, 2004).

O manejo busca organizar a interação entre o homem e a natureza, para que o ambiente sofra o mínimo de impactos negativos e o visitante tenha mais do que uma experiência agradável. Por meio de atividades de interpretação da natureza e de lazer, ele pode incorporar mudanças de atitudes e de comportamentos (KINKER, 2005). Turistas bem informados e mais responsáveis contribuem para a redução de impactos, fazendo com que as políticas de proteção possam ser menos restritivas (BLANGY; WOOD, 2001; MAGRO; BARROS, 2004).

O desenvolvimento do turismo em parques requer algumas facilidades de transporte, acomodação, alimentação, segurança, recreação e informação. Para atender as expectativas dos turistas, essas estruturas devem incluir: estradas, trilhas, áreas de *camping*, mercearias, abastecimento de água, saneamento básico e Centros de Visitantes (EAGLES; McCOOL, 2002). Ceballos-Lascuráin (2001) citou, como resultado de uma estrutura adequada para a recepção do visitante em áreas naturais: a minimização de impactos no meio ambiente, a criação de auto-suficiência funcional e a contribuição para a qualidade da experiência do visitante. Já em 2002, Eagles e McCool apontaram como funções da estruturação de parques: intensificação das oportunidades de recreação, aumento na capacidade turística, suporte à segurança do visitante; diminuição nos custos operacionais; proteção e manutenção da integridade ecológica, qualidade do ar, água e solos; suporte à integridade cultural e suporte à equipe.

Espaços e estratégias para a interpretação patrimonial

Os Centros de Visitantes - também conhecidos como Centros de Interpretação da Natureza, Centros de Visitação ou Centros de Educação Ambiental - fazem parte da estrutura de um

parque e são espaços destinados à coordenação das atividades de uso público, apresentando um valor educativo, recreativo e informativo (ANDRADE; LENGEN; SANTOS, 2003).

Nesses locais, o visitante pode obter informações sobre aspectos biológicos, geológicos, históricos e socioeconômicos da área onde se encontra (CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001). Criam uma proximidade do visitante não só com a área visitada, mas também com o seu entorno. Têm como objetivos: receber, educar e conduzir o público. Para atingi-los são desenvolvidas atividades com o intuito de despertar o interesse e sensibilidade do visitante para as questões ambientais (ANDRADE; LENGEN; SANTOS, 2003).

No fim da década de 1990, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publicou um documento chamado *Guia do Chefe*, no qual se afirma que a eficiência de um Centro de Visitantes pode ser medida quando o turista, ao final de sua visita, compreende porque a área natural é importante e protegida, pode citar algumas espécies ali encontradas, pontos de destaque e consegue visitá-la sem causar distúrbios ou danos (IBAMA, 1999).

Um Centro de Visitantes deve conter alguns espaços e estruturas, como: sala de exposições, auditórios com equipamentos de projeção, bibliotecas, sala de monitores, sanitários, cozinha, depósitos de materiais, entre outros (ANDRADE; LENGEN; SANTOS, 2003; CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001).

Pode-se lançar mão de diversas técnicas de interpretação do patrimônio a fim de integrar os visitantes com as áreas naturais, tais como painéis, filmes, visitas guiadas, palestras (ANDRADE; LENGEN; SANTOS, 2003; BLANGY; WOOD, 2001; CEBALLOS-LASCURÁIN, 2001), além de funcionário destinado à recepção do visitante. As ações podem ser complementadas por exposições, folhetos e livros, placas de orientação, trilhas. A interpretação do tipo ‘ambientação de base histórica’ pode trazer vida aos atrativos históricos (KNUDSON; CABLE; BECK, 2003), bem como aos naturais. Deve-se atentar para o fato de que a interpretação começa onde as pessoas iniciam uma visita.

Seu papel não é apenas informar sobre os fatos, mas oferecer aos visitantes “a possibilidade de ter “insights”, idéias e formas de olhar ou apreciar o lugar” (CARTER, 2001, p.6). Deve-se reconhecer que ela ocorre, normalmente, durante o tempo de lazer das pessoas, momento em que buscam prazer e diversão. Para tal, há que se projetar experiências ricas e memoráveis, adequadas ao propósito do local (KNUDSON; CABLE; BECK, 2003). A comunicação é a essência da interpretação. Determinar a abordagem e o seu sujeito envolve a seleção de temas

principais que representam a identidade de um local (seu *genius loci*), relacionada a uma qualidade única ou representativa. Além disso, Knudson, Cable e Beck (2003) apresentam uma abordagem denominada “programação total”, na qual desenvolvem-se estratégias para públicos diversos, tanto os que visitam o local quanto os que não o fazem.

A seguir, procede-se a uma breve análise dos dois parques que são objeto deste estudo, a fim de refletir e exemplificar possibilidades para a interpretação patrimonial em Unidades de Conservação.

Parque Nacional de Itatiaia

O Parque Nacional de Itatiaia (PNI) foi fundado em 1937, pelo decreto federal 1713 de 14 de junho, sendo o primeiro Parque Nacional do Brasil. Localiza-se na divisa entre os Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, na Serra da Mantiqueira, nos municípios de Itatiaia (RJ), Itamonte, Alagoa e Bocaína de Minas (MG) e abrange uma área de 30.000 hectares (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2011a). Seu plano de manejo foi elaborado em 1982 e passa por revisão, entre 2011 e 2012.

O Parque se insere no bioma Mata Atlântica. Sua vegetação se caracteriza por Floresta Ombrófila Densa Montana; Floresta Ombrófila Densa Alto Montana; Floresta Ombrófila Mista Montana com presença de *Araucaria angustifolia*; Floresta Estacional Semidecidual Montana e Campos de Altitude. O relevo é de montanhas e elevações rochosas, com altitude variando de 600 a 2.791 m. O maciço do Itatiaia é divisor de águas de duas bacias: a do rio Paraíba e a do rio Grande. Há sérios problemas fundiários e incêndios são frequentes, caracterizando grandes pressões à área protegida (IBDF, 1982; VELOSO, 1992 apud SANTOS, 2000). A importância geológica da região é devida, em parte, às elevações do planalto do Itatiaia, em que se destaca o Pico das Agulhas Negras (SANTOS; ZIKAN, 2000).

O Plano de Manejo previa sua vocação para o uso público “Por seu clima, relevo e beleza naturais, apresenta excelente potencial para atividades voltadas para o público, como montanhismo, interpretação, recreação e educação ambiental” (IBDF, 1982). Ainda segundo o plano de manejo do PNI (IBDF, 1982), em relação à visitação, diretamente, encontram-se os objetivos

Possibilitar atividades de uso público diretamente ligadas aos recursos da área, compatíveis com os demais objetivos, e orientar o visitante em suas atividades para que ele tenha uma experiência positiva e agradável; Proporcionar segurança aos visitantes; Equipar o PNI com infra-estrutura e programas de uso público para torná-lo um centro de atração turística nacional e internacional.

O Centro de Visitantes Professor Wanderbilt Duarte de Barros (batizado com este nome em 1997 em homenagem a um ex-diretor) (fig. 1) iniciou suas atividades em 1942, é formado por três pavilhões em forma de U e tem três pavimentos (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2011b). Ele abriga o museu da fauna e flora, o auditório Tom Jobim e é rodeado pela calçada da fauna (com pegadas de animais da Mata Atlântica). Encontra-se uma exposição geológica e um painel de pássaros em que o visitante pode apertar botões que acendem luzes identificando a espécie e permitem ouvir o canto da ave selecionada.



Fig. 1 - Centro de Visitantes - fachada e painel na área interna. Fonte: Beatriz Veroneze Stigliano; Pedro de Alcântara Bittencourt César, 2009.

No Centro de Visitantes, há painéis com textos explicativos (fig. 1), em que se apresentam o contexto social e físico, o processo de implantação do Parque, bem como uma maquete representando as formas de relevo e localização dos principais atrativos. Verifica-se a intenção de informar ao visitante sobre os principais marcos históricos e características da área protegida. Em termos de apresentação relativa aos elementos fundamentais do parque, destaca-se um painel em que o visitante forma figuras (imagens de fauna e flora e relevo), como um quebra-cabeças. Há exemplares de animais empalhados e vegetação em exibição. São desenvolvidas ações como realização de cursos e visitas guiadas para público escolar. Em geral, faltam placas de sinalização nas trilhas, conforme reforça Magro (2000). Em relação à sinalização existente, há ênfase na oferta de informações básicas acerca de direção e sobre o que não é permitido fazer, em especial.

Parque Estadual de Campos do Jordão

O Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) foi criado, em 1941, através do decreto estadual 11.908. Está localizado no município de Campos do Jordão, na porção oriental do estado de São Paulo, ocupando um terço de seu território com uma área de 8.341 hectares (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2011). Situa-se na região conhecida como Vale do Paraíba, no alto da Serra da Mantiqueira, com altitudes que variam entre 1700 e 2000 metros e clima tropical de altitude (MODENESI, 1984). Conforme o plano de manejo, desenvolvido em 1975 e em processo de atualização, a vegetação do PECJ é composta por mata de araucária e *podocarpus*, campos, samambaias, vegetação aquática e de brejos. Há, também, porções de vegetação antropogênica, formada de matas degradadas; capoeiras; mata de araucária e *podocarpus* sobre prados e campos secundários (SEIBERT et al., 1975).

O primeiro contato do visitante acontece na Portaria, cuja função é controlar a entrada, recolher a taxa de visitação e fornecer folhetos e informações sobre a UC. Informações complementares podem ser obtidas no Centro de Visitantes, composto por duas edificações – o *Atelier Ambiental* e o Centro de Exposições. O *Atelier Ambiental* dispõe de biblioteca com acervo sobre meio ambiente e, especificamente, sobre o local, um auditório para 30 pessoas e escritório para funcionários. Tem como finalidade a realização de cursos, palestras e consulta ao acervo (fitas de vídeo, livros, periódicos), além de equipamentos de campo. Há, também, um Centro de Exposições, onde se realizam oficinas artesanais e eventos. Constitui-se por um galpão para exposição e uma pequena loja de livros e *souvenirs*. Existe, também, um Centro Cultural, para a realização de palestras e oficinas (STIGLIANO, 2004).

O Centro de Visitantes do PECJ (fig. 2) apresenta painéis explicativos (em acrílico) acerca de sua história, características físicas, fauna e flora, além de informações sobre um comportamento esperado do visitante em sua estada no Parque. Neles constam textos, fotos e alguns porta-retratos digitais com imagens que se alternam.



Fig. 2 - Centro de Visitantes – fachada e painéis na área interna. Fonte: Guilherme Lando de Carvalho; Lais de Queiroz Silvani, 2010.

A Área de Descanso apresenta bancos em madeira e elementos interpretativos, como monjolo, pilão, moenda (em madeira) e roda d'água, além de uma placa interpretativa em madeira (fig. 3). Ao longo das trilhas e áreas voltadas ao uso público, há diversas placas, de madeira, com informação sobre os atrativos.



Fig. 3 - Placa interpretativa e roda d'água. Fonte: Beatriz Veroneze Stigliano, 2003.

Considerações Finais

As áreas naturais são locais privilegiados para se trabalhar a interpretação patrimonial. Remetendo a Tilden (2007, p. 25), nenhum livro pode oferecer uma oportunidade tão efetiva de sensibilizar pessoas em relação a determinado tema quanto à experiência real em um contexto natural. A interpretação possibilita uma aprendizagem do visitante com relação ao objeto patrimonial, ao mesmo tempo em que colabora para a proteção do mesmo. Envolve o contato direto com o patrimônio, como característica fundamental.

Aspecto importante é a análise da sinalização interpretativa, nesta perspectiva, considera-se o estudo de Goodey (2002). As placas e painéis são os elementos de comunicação mais presentes nos parques pesquisados. Eles refletem uma proposta de Interpretação Patrimonial.

As placas remetem à orientação de direção, mas também a nomes de trilhas e atrativos e alguma descrição do contexto do local onde o visitante se encontra. Há muito espaço ainda para abordar temáticas, ou uma temática específica. A apresentação de maquetes, reais (como encontrado no PNI) ou virtuais, facilita a compreensão mais abrangente.

Quanto às trilhas interpretativas, estas apresentam algumas placas informativas contendo elementos da fauna e flora e das estruturas encontradas. No entanto, a quantidade de placas é insuficiente, tanto para indicar o caminho quanto para instigar a reflexão acerca dos elementos componentes do atrativo.

De modo geral, nos Parques analisados, o material apresentado tem pouco aspecto lúdico. Retratam-se valores pragmáticos. Faz-se importante dispor de mais informações, distribuídas em pontos diversos, oferecendo ao visitante a possibilidade de conhecer as espécies ali existentes, explicando, o grau de ação antrópica encontrado, entre outras oportunidades.

Em ambas UCs, há carência de funcionários voltados à interpretação. Esses, normalmente, dividem-se entre outras várias tarefas, além de monitorar visitantes, dar palestras e mostrar vídeos educativos. No caso do PECJ, é freqüente, durante os meses de férias escolares, a UC dispor de estagiários, normalmente estudantes de turismo e de carreiras da área biológica, que colaboram na recepção do visitante.

Recomenda-se que a sinalização e o material de divulgação dos Parques sejam traduzidos para outros idiomas. Deve-se atentar para a recepção do visitante em seu primeiro contato, de forma que seja propiciado o conhecimento sobre o conjunto das possibilidades recreativas e educativas da UC. Ambos os parques analisados são carentes em relação à oferta de atividades orientadas e guiadas, direcionadas aos diversos públicos.

A construção de um Centro de Visitantes em uma UC pode, deste modo, auxiliar no cumprimento das metas e objetivos traçados para seu manejo, principalmente no que tange ao uso público.

Referências

- ANDRADE, W. J.; LENGEN, J. V.; SANTOS, A. P. C. Infra-estrutura de apoio ao Ecoturismo. In: MITRAUD, S. (org.) **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília: WWF Brasil, 2003.
- BLANGY, S.; WOOD, M. E. Desenvolvendo e implementando diretrizes ecoturísticas para áreas naturais e comunidades vizinhas. In: LINDBERG, K. HAWKIS, D. (eds.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, K. HAWKIS, D. (eds.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000.
- CARTER, J. (ed.) **A Sense of Place: an interpretive planning handbook**. 2 ed. Inverness, Scotland: Tourism and Environment Initiative, 2001.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O Ecoturismo como um Fenômeno Mundial. In: LINDBERG, K. HAWKIS, D. (eds.) **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.
- CHIZZOTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2005.
- DRUM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo: um manual para profissionais de conservação**. Virginia: The Nature Conservancy, 2002. Volume I.
- EAGLES, P. F. J.; McCOOL, S. F. **Tourism in National Parks and Protected Áreas: planning and management**. Oxon: CABI Publishing, 2002.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Parque Estadual Campos do Jordão**. Disponível em: <<http://www.fflorestal.sp.gov.br/hotsites/hotsite/index.php?hotsite=b4dfbfb47659b6db591f5426306053ed>> Acesso em 31 mai. 2011.
- GOODEY, B. A Sinalização interpretativa. In. MURTA, S. M.; ALBANO, C. **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte, EdUFMG; Território Brasilis, 2002. p.181-191.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Parque Nacional de Itatiaia**. Brasília: IBDF, 1982.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional do Itatiaia**. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/o-que-fazemos/visitacao/ucs-abertas-a-visitacao/32-parques-nacionais/188-parque-nacional-do-itatiaia>> Acesso em 31 mai. 2011(a).

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Parque Nacional do Itatiaia**. Disponível em: <http://www4.icmbio.gov.br/parna_itatiaia/index.php> Acesso em 31 mai. 2011(b).

KINKER, S. M. S. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. 2 ed. Campinas: Papirus, 2005. 224 p.

KNUDSON, D. M.; CABLE, T. T.; BECK, L. **Interpretation of Cultural and Natural Resources**. 2 ed. State College, Pennsylvania: Venture Publishing, 2003.

MAGRO, T. C.; VIEIRA, V. M. F., Uso Público no Parque Nacional de Itatiaia. In: Santos, A. A. (Ed.). **Cadernos FBDS 3**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. p. 93-146.

MAGRO, T. C.; BARROS, M. I. A. Understanding Use and Users at Itatiaia National Park, Brazil. In: BUCKLEY, R. (ed.) **Environmental Impacts of Ecotourism**. Oxon, UK: CABI pub, 2004.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing Qualitative Research**. 2 ed. California, EUA: Sage Publications, 1995.

MODENESI, M. C. **Significado dos depósitos correlativos quaternários em Campos do Jordão**. 1984. 177f. Tese (Doutorado em Implicações Paleoclimáticas e Paleoecológicas) – FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

MORALES MIRANDA, J. Donde “encaja” la interpretación? In: MORALES MIRANDA, J.; ROSADO, F.G. **Boletín de Interpretación**. España: AIP, n. 5, 2001. p. 14.

SANTOS, A. A.; ZIKAN, C. E. Descrição Geral do Parque Nacional de Itatiaia. In: Santos, A. A. (Ed.). **Cadernos FBDS 3**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2000. p.21-30.

SEIBERT, P. et al.. **Plano de Manejo do Parque Estadual Campos do Jordão**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Instituto Florestal, 1975.

STIGLIANO, B. V. **Visitantes em Unidades de Conservação: o método VAMP aplicado ao Parque Estadual de Campos do Jordão (SP)**. 2004. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – ECA, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.



VIII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
02 e 04 de outubro de 2011 – UNIVALI– Balneário Camboriú/SC

TILDEN, F. **Interpreting our Heritage**. 4 ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2007.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.